



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 1/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 14 de janeiro de 2015

----- Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 22/2014, da reunião pública ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2014, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º7) respeitante ao dia 13 de janeiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 904.228,33 (novecentos e quatro mil, duzentos e vinte e oito euros e trinta e três cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 574.151,22 (quinhentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e um euros e vinte e dois cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 322.664,96 (trezentos e vinte e dois mil seiscientos e sessenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para endereçar votos de um bom ano de 2015, aos membros presentes, bem como manifestar o seu agrado pela participação generalizada de todos os funcionários, no jantar de Natal, a 19 de dezembro do ano transato, em Martim Longo. Continuou a sua intervenção dando nota igualmente do sucesso alcançado, com o evento realizado na Passagem do Ano, endereçando de seguida os parabéns à equipa técnica, e à iniciativa “*O Nosso Dakar*”, organizado pela Empresa Espaços Sonoros, cuja “*assinatura esteve a cargo de um conterrâneo nosso*” Orlando Romana, prova que teve a colaboração “*simbólica*” dos municípios de Aljezur e Alcoutim. Deu conhecimento de seguida, das pequenas correções efetuadas, nos pontos 6 (seis) e 9 (nove), da ordem de trabalhos, bem como da necessidade de inclusão do seguinte ponto “**Ratificação de Despacho 17 de dezembro de 2014 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMILIAS CARÊNCIADAS – PROCESSO 13/2014**”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, a inclusão do ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para desejar igualmente um bom ano de 2015 aos presentes, bem como a “*todos os munícipes de Alcoutim*”, tendo de seguida questionado o sr. presidente da Câmara, se ocorreu ou não alteração de pelouros, uma vez que foi “*confrontado*” com essa situação, bem como sobre a viatura, pertencente à Edilidade, que “*continuou a ir*” à Universidade do Algarve, até ao final do ano, apesar das

explicações efetuadas, na última reunião de Câmara, dado que gostaria de saber se existem mais formações e/ou pessoas a frequentar esse estabelecimento escolar, uma vez que *“temos alunos que frequentam a Universidade, que se calhar também poderiam usar essa viatura, em vez de gastarem dinheiro do bolso deles, ou pagar quarto em Faro”* . Finalizou questionando igualmente sobre a participação simbólica da Autarquia, no evento *“O Nosso Dakar”*. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para esclarecer que não ocorreu quaisquer alterações aos pelouros. Quanto à questão da viatura, junto da Universidade do Algarve adiantou que a mesma prende-se com a frequência do Adjunto, sr. Dr. João Carlos Simões, em várias formações/módulos, até ao final do ano de 2014, e que os comprovativos entregues da inscrição e módulos foram escolhidos *“alienatoriamente”*, no entanto, poderá entregar os restantes comprovativos, alusivos a essa formação, tendo o vereador, sr. José Carlos Pereira solicitado *“todos”* os comprovativos da formação, bem como as datas de realização das mesmas. O presidente da Câmara continuou a sua intervenção informando que a participação simbólica da Edilidade prendeu-se, com o pagamento em 50% dos almoços fornecidos, num montante de € 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco euros). -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que *“passou há pouco”*, junto do Edifício Espaço Guadiana e *“verificou”* que a obra continua, porém, segundo o presidente da Câmara, na Revista Municipal, enviada a todos os munícipes *“A Empreitada do Espaço Guadiana já terminou”*, e como tal por considerar uma falsa informação, questionou de seguida *“afinal a obra terminou ou não? Os 15 (quinze) dias dados, depois da receção provisória terminaram, já vamos com 44 (quarenta e quatro) dias”*. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para frisar que a notícia que consta na Revista Municipal, sobre a Empreitada atrás referenciada, foi corrigida, com uma nota de imprensa no Site da Autarquia, tendo a mesma ocorrido *“atendendo ao otimismo que estava em cima da conclusão, daquilo que eram as nossa expectativas”* e pelo facto da Revista

ter sido enviada para a gráfica, com alguma antecedência, passando de seguida a palavra ao vereador, sr. Paulo Paulino, para esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que *“compreende isso tudo”*, porém, existem formas de retificar os erros, nomeadamente na elaboração de 1 (uma) Errata, que poderia ter sido incluída, na Revista, *“medida que não foi tomada, e como sabe 90% dos municípios do nosso concelho, não tem acesso à Internet”*. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para informar/esclarecer que a revista foi enviada para a gráfica, *“ainda”* no mês de novembro e que as mesmas são remetidas diretamente da gráfica para os municípios, sendo que *“quando as quisemos segurar, o processo já se encontrava em andamento”*, e nesse sentido a solução arranjada, *“foi elaboramos”* uma nota de imprensa para desmentir essa notícia, dado que, *“não temos interesse nenhum que a nota de imprensa tenha saído dessa forma, e para nós é muito mais grave fazer uma nota de imprensa, a desmentir uma coisa que já tenha saído na revista municipal”*. Em relação ao Edifício do Espaço Guadiana mencionou que *“tal como referiu na última reunião”* foi solicitado por parte do Empreiteiro, a receção provisória da obra, em que a *“nossa”* fiscalização ao deslocar-se ao local, *“verificou, que a mesma não se encontrava”* de acordo com o caderno de encargos e havia correções a efetuar, tendo a Câmara Municipal agido em função dos pareceres e vistorias dos técnicos, bem como que as anomalias/falhas constam nos autos da receção. Finalizou frisando que para dissipação de dúvidas existentes, a Edilidade reuniu com os técnicos da Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), para analisar a melhor solução, tendo em conta os interesses da Autarquia, em termos de financiamentos, e *“foi-nos dito”* por parte da referida entidade, *“que a forma como estamos a agir é prática corrente, e a mais correta, para tentar acelerar as coisas”*. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para discordar do vereador sr. Paulo Paulino, nomeadamente que a *“CCDR diga que é prática corrente”*, uma vez que existe 1 (uma) Lei e 1 (um) caderno de encargos, em que define a aplicação de sanções para o incumprimento por

parte dos empreiteiros, e nesse sentido considera que a Edilidade *“não agiu em função disso”*. Continuou referindo que o vereador, sr. Paulo Paulino apenas *“refere que a obra se deu por terminada, e o empreiteiro solicitou a receção provisória, que não foi o caso na altura, bem como a retificação das anomalias”*, e que terminados todos os prazos concedidos, *“a obra continua na mesma, após 44 (quarenta e quatro) dias”*, e como tal é da opinião que a Câmara Municipal *“está a ser lesada nos seus interesses, nomeadamente no término da obra e incumprimento do caderno de encargos”*, dando nota ainda que qualquer concorrente, no momento, poderá colocar em causa a adjudicação da referida obra. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para questionar *“o senhor vereador quer que a obra se realize ou não? Se realize depressa ou não?”*. ---

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para frisar *“se a obra foi nossa, acha que não quero que se realize”*, e nesse sentido considera importante que a Câmara Municipal tome os devidos procedimentos, nomeadamente na aplicação de multas e/ou *“conceda outra”* prorrogação de prazo, tendo o vereador sr. Paulo Paulino acrescentado que a Autarquia encontra-se a *“tentar gerir”* a situação da melhor forma. -----

O vereador, sr. José Carlos Pereira continuou a sua intervenção solicitando cópia dos documentos, referentes ao Edifício Espaço Guadiana, designadamente receção de obra e prazos concedidos ao empreiteiro, bem como uma visita ao local. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves designou o técnico da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng.º Paulo Pereira, para acompanhamento dos vereadores opositores, à referida obra, pelas 14.30 H. -----

----- A vereadora, srª. Drª. Dalila Barros interveio para endereçar um bom ano de 2015 e proferir o seguinte discurso que se passa a transcrever, referente à Revista Municipal: *“Poderá ler-se Empreitada de Espaço Guadiana já terminou. Potenciar, publicitar e promover a imagem do concelho no exterior não é fazendo chegar às pessoas inverdades. Coincidência ou não, quando no dia 08 de janeiro fiz uma chamada de atenção para a notícia em destaque na página seis a algumas pessoas,*

coincidência ou não surge também no dia 08 no site da Câmara, a retificação dessa mesma notícia. Quer dizer, desde a recepção da revista não foi feita nenhuma alteração até ao dia 08 de janeiro, porquê? Sr. Presidente estaremos perante outra gafe? É só coincidências. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que o processo *“foi conduzido por si, e ninguém lhe disse nada, só poderá ser coincidências”*, tendo a vereadora referido *“que ninguém leu a revista, ou antes de mandar imprimir o esboço, não foi feito nada”*. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio novamente para mencionar que solicitou no mês de novembro, do ano transato, a apresentação de documentos discriminatórios, no que concerne à Feira da Perdiz, *“e até hoje ainda não lhe foram entregues, e como tal gostaria que isso fosse repostado”*. Continuou a sua intervenção proferindo o seguinte discurso, que se passa a transcrever: *“Gostaríamos de alertar o senhor presidente da Câmara para o que aconteceu no passado dia 9 de janeiro, pelas 17.30 H, na Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros de Alcoutim. Em suma, depois de várias peripécias, foi tomada de assalto a mesa da Assembleia Geral e marcadas eleições, nas quais, só poderá concorrer uma única lista, que por acaso é a lista de que fazem parte os assaltantes e que por sinal, o senhor presidente da Câmara é candidato, assim como o senhor presidente da Assembleia Municipal de Alcoutim, assim como o presidente da União de Freguesias de Pereiro e Alcoutim. Na sequência desta prepotência surgiram as convocatórias para o tal ato eleitoral, em que só pode concorrer uma lista, que foi abusadamente assinada pelo candidato a presidente da direção e por sua vez presidente do PS local. Perante este acontecimento antidemocrático, fascizante e violador das mais elementares regras de vivência civilizada e democrática, solicito ao senhor presidente da Câmara, como presidente de todos Alcoutenejos e financiador da Associação Humanitária, exija o integral cumprimento das regras democráticas, assim como exija a realização de um ato eleitoral em que possa concorrer livremente mais do que uma lista. Gostaria de aqui apenas citar um romance satírico do escritor George Orweel datado de 1945, mas bem atual nos nossos dias “O Triunfo dos Porcos”, oque conclui que os ideais de igualdade*

acabam por se deixar corromper, quando se atinge o poder, repito os ideais de igualdade acabam por se deixar corromper quando se atinge o poder, Alcoutim para todos ou só para alguns". -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para questionar se a vereadora se encontrava presente na Assembleia Geral, ao qual lhe foi esclarecido pela mesma " *sim senhora e é por isso é que estou a falar*". O sr. presidente continuou a sua intervenção referindo que a sua não comparência, se deveu a compromissos assumidos, anteriormente, apesar de se encontrar convocado, porém, considera que o assunto explanado, não se enquadra, na ordem de trabalhos da Câmara Municipal e deve ser discutido em sede própria, dando nota ainda que não tem acompanhado o desenrolar do processo, mas tem conhecimento que " *o início do mesmo, não correu bem*".

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que lamenta " *a não comparência do presidente*", questionando de seguida se " *o senhor não tem nada a ver com a falta de democracia, que está a existir neste concelho*", referindo de seguida o slogan do Partido Socialista (PS), " *Alcoutim para todos ou só para alguns*". -----

----- O vereador, sr. José Galrito interveio para mencionar que " *é isento, pelo o facto de não ser sócio da AHBVA*", considerando de seguida que a Câmara Municipal " *terá pouca margem de manobra e/ou excluir-se das Associações*", dado que a mesma é financiadora de várias associações. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para adiantar " *que todos os intervenientes são pessoas do vosso lado*", e que irá prosseguir a sua intervenção, " *bastante revoltada*". De seguida proferiu o seguinte discurso, que se passa a transcrever, sobre a Revista Municipal: " *Utilizando palavras vossas: O novo ciclo politico, as novas políticas, as novas ideias; A construção de um modelo de atuação de mais vasto alcance, e mais, segundo o programa eleitoral – autarquias 2013, página seis, comunicação e imagem, ponto um, poderá ler-se: Desenvolver um modelo de Revista Municipal mais económico, é o vosso objetivo no programa eleitoral. Senhor presidente haja decoro quando a revista elaborada pelos senhores é apenas um plágio das revistas elaboradas pelos seus antecessores, onde estão as novas ideias, onde está o mais vasto alcance. Comparemos então: o mesmo modelo, as mesmas*

dimensões, o mesmo design, a mesma paginação e arte final. Terá sido elaborada pela mesma pessoa, questiono? Questiono ainda mais, será que agora a sua bancada na Assembleia Municipal não se preocupará em saber quantas imagens o senhor se apresenta na referida Revista". -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para referir que em relação aos custos da Revista Municipal "cumprimos com aquilo que tínhamos no programa eleitoral", dado que, houve uma diminuição substancial do custo da mesma. Quanto ao formato concordou que poderia ter sido executado de outro formato/dimensão. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que o vereador " não deve ser tão irónico", dado que, o custo económico da Revista Municipal prende-se com diversas características, nomeadamente o número de páginas, de revistas encomendadas, a diminuição de população, etc.. Ainda adiantou que o vereador, sr. Paulo Paulino deve concordar que "a revista está igual", questionando de seguida o custo da Revista Municipal, tendo o vereador, sr. Paulo Paulino esclarecido que o montante despendido é na ordem dos € 2.000,00 (dois mil euros) aproximadamente, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira solicitado cópia da fatura. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros usou da palavra novamente para mencionar que "houve falta de imaginação". Continuou de seguida proferindo o seguinte discurso, que se passa a transcrever: " Disse uma vez ao senhor presidente que nunca mais falaria do site da Câmara Municipal de Alcoutim, uma vez que o senhor dispõe de três funcionárias com capacidades técnicas e intelectuais para que resulte um trabalho no mínimo eficaz, no entanto, e, em meu entender, passado um ano do vosso mandato, mais uma vez vou chamar a atenção para os seguintes pontos, uma vez que o site é a primeira janela daqueles que procuram Alcoutim, prestando neste momento informação enganosa: do lado direito do ecrã (onde dormir), podemos ler "todos os hotéis do nosso concelho", não chamaria hotéis, chamaria outro nome qualquer, entretanto, entrando no site ainda estão sinalizados dois hotéis já não existentes, (onde comer) restaurantes – está a ser utilizado um símbolo de restaurante, quando na realidade alguns não o são restaurantes, (lazer) parques infantis deverá ler-se sim Parques de Jogo e Recreio, no entanto, não

há nenhuma referência à localização destes espaços, (percursos) não há qualquer sinalização, (serviços/instituições bancárias) não há qualquer sinalização, (Mercado Municipal), não há qualquer sinalização, nem referência ao horário de funcionamento deste, (Transportes) táxis e parque de estacionamento, não há qualquer sinalização, (Serviços) gabinete de ação social, saúde e educação, localização no mesmo local, não fala do espaço saúde, apenas o item atividade municipal, refere este espaço e ainda como estando na rua da misericórdia. Nos serviços não há qualquer alusão à saúde pública e aos serviços veterinários. Senhor Presidente quantos funcionários ou técnicos e quantos mais anos necessitará o senhor presidente para apresentação de um bom serviço com apenas algumas páginas”. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para mencionar que a Revista Municipal “melhorou substancialmente, em relação ao que havia”, nomeadamente nas informações que a mesma continha, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira usado da palavra para mencionar “lá vem o passado novamente, se o projeto foi elaborado por nós, não seja tão irónico, seja realista”. O vereador, sr. Paulo Paulino continuou a sua intervenção frisando que existem correções a fazer, agradecendo de seguida as alterações propostas pela sr^a. vereadora, dado que considera que devemos ser “proactivos”. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que já informou há algum tempo que o site não estava bem, bem como a “vossa bancada chamou à atenção igualmente”, na última reunião da Assembleia Municipal, considerando de seguida que já passou tempo suficiente para resolver as anomalias/irregularidades, e como tal “não venham com o passado, porque vocês são tão bons, que tem um ano e três meses, têm três pessoas para trabalharem no site, querem que eu vá trabalhar também? o site será tão grande que não poderá ser revisto semanalmente”. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para mencionar que “só tem que agradecer” as propostas apresentadas, dado que considera “que faz muito bem, não devendo afastar-se dessas responsabilidades”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VAQUEIROS – Liberação Parcial de Garantias Bancárias:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Banco Espírito Santo, S.A., que seja liberado da garantia bancária n.º N00373119 a importância de € 2.346,08 (dois mil trezentos e quarenta e seis euros e oito cêntimos), ficando remanescente o valor € 3.910,13 (três mil novecentos e dez euros e treze cêntimos), da garantia bancária n.º N00361964 a importância de € 3.700,49 (três mil setecentos euros e quarenta e nove cêntimos), ficando remanescente o valor de € 6.167,48 (seis mil cento e sessenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), referente ao 3.º ano. -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VAQUEIROS – Liberação Parcial de Caução:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição à firma José de Sousa Barra & Filhos, Lda., a importância de € 25,64 (vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), ficando remanescente o valor de € 42,73 (quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos), referente ao 3.º ano. -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS-LAR EM MARTIM LONGO – Prorrogação de Prazo até 30 de abril de 2015/Ratificação:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à

respetiva ratificação do despacho de aprovação da prorrogação de prazo da Empreitada de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lar em Martim Longo, até 30 de abril de 2015, proferido em 29 de dezembro de 2014, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – Cancelamento de Garantia Bancária – 1.º**

Adiantamento: Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantia bancária, apresentada pela firma CONSDEP – Engenharia e Construção, S.A, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º 0051.004118.293, no montante de € 51.582,64 (cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), uma vez que, o adiantamento encontra-se amortizado na totalidade. -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – Cancelamento de Garantia Bancária – 2.º**

Adiantamento: Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantia bancária, apresentada pela firma CONSDEP – Engenharia e Construção, S.A, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º

0051.004194.893, no montante de € 81.177,51 (oitenta e um mil cento e setenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos), uma vez que, o adiantamento encontra-se amortizado na totalidade. -----

----- **PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL (PIER)**

DAS VÁRZEAS DE ALCOUTIM: Foi presente uma proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: --

1. Determinar a elaboração do Plano de Intervenção em Espaço Rural das Várzeas de Alcoutim, nos termos do disposto do artigo 74.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que permitirá desenvolver uma operação integrada de planeamento para a área de intervenção de 10,58 ha; -----

2. Efetuar a devida publicitação da deliberação e do contrato para planeamento na II Série do Diário da República, nos termos do n.º 6 do artigo 6.ºA do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro, assim como a sua divulgação em dois jornais diários, num semanário de grande expansão nacional e na página da internet do município, em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 74.º, da alínea b) do n.º 4 do artigo 148.º e do artigo 149.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro. De acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 77.º do mesmo diploma, propõe-se que o prazo para a formulação de sugestões e demais informações, a considerar no âmbito do respetivo processo de elaboração, seja de 15 dias; -----

3. Afixar um prazo máximo de 36 meses para a elaboração do Plano de Intervenção em Espaço Rural das Várzeas de Alcoutim, contados a partir do período reservado para a divulgação, apresentação de sugestões e informações. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para questionar o ponto de situação do investimento em causa, tendo o vereador, sr. Paulo Paulino esclarecido "*que continua a existir*" interesse por parte do promotor, no entanto, não poderá "*garantir*" mais pormenores. -----

----- Posto o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO**

DE 2015: Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à renovação da constituição dos fundos de maneo, destinados ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, com as correspondentes rubricas orçamentais aprovadas para o ano de 2015, em iguais quantias e a favor dos responsáveis (€ 740,00 – Encarregado Arnaldo Lourenço Martins Mestre, € 500,00 – Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística/ Henrique Siu Hou, € 740,00 – Encarregado José Manuel Pereira, € 740,00 – Encarregado José Gonçalves Fatal, € 500,00 Divisão Administrativa e Financeira/ Fernando Cavaco, € 500,00 Gabinete de Apoio à Presidência /José Martins da Graça, € 500,00 Divisão de Cultura, Turismo e Desporto/Luís Miguel Canelas Martins, € 740,00 – Encarregado Francisco Emídio), à exceção do coordenador Luís Canelas, substituindo-se pela Coordenadora Eng.ª Manuela Teixeira. -----

----- A vereadora, sr.ª Dalila Barros interveio para mencionar que a proposta apresentada, no 2.º parágrafo refere “ *os fundos de maneo são constituídos anualmente, na primeira reunião ordinária do mês de janeiro e não podem exceder € 748,20, nos termos do seu artigo 5.º*”, e nesse sentido questiona se a verba atrás mencionada, é mensal? , “*se sim sugere*” que a palavra “*mensal deve*” ser incluída na proposta, caso não venha explicita no artigo 5.º, bem como questionar o porquê dos vinte cêntimos. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para esclarecer que o assunto é decorrente da Lei, porém, a proposta poderá ser votada condicionada a essa alteração. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE**

ALCOUTIM – ANO DE 2015: Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, documento que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais, contendo a lista dos agregados que mereceram parecer favorável, com vista à atribuição do Cartão Social, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015, para efeitos do previsto no nº 3 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que a informação, do Gabinete de Ação Social, deveria “*vir acompanhada*” de uma proposta do senhor presidente, como em anos anteriores, e que ao analisarem o processo “*verificaram*” na listagem apresentada, que constam nomes de “*empresários do concelho de Alcoutim*”, e como tal “*gostava*” de uma explicação mais pormenorizada, sobre os critérios utilizados, apesar de “*consideramo-nos*” favoráveis ao Cartão Social, para pessoas carenciadas. --

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para frisar que a informação do Gabinete de Ação Social é elaborada com base em critérios, que se encontram definidos em Regulamento, não tendo qualquer dúvida em relação à idoneidade da aplicabilidade do mesmo. Findou referindo que “*não tenho nada a dizer/acrescentar, confio na informação da técnica*”. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio novamente para questionar se o sr. presidente da câmara, tem conhecimento ou não, que na listagem constam “*nomes de empresários*”, independentemente dos critérios usados na atribuição do Cartão Social, com base no bom senso, igualdade, transparência e legalidade. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra novamente para frisar que “*não consultou a listagem, linha por linha, nem tem tempo para isso*”, confiando na informação transmitida pelos serviços. -

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que “*não diga isso, fica-lhe mal*”, dado que o sr. presidente é responsável pelo pelouro de Ação Social. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2

(duas) abstenções dos srs. Vereadores José Carlos Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a atribuição do Cartão Social, aos agregados familiares, constantes na referida informação. Apresentaram a seguinte Declaração de Voto, que se passa a transcrever: “ *Considerando, que suscitam-nos dúvidas que alguns agregados familiares apresentados na informação do Gabinete de Ação Social, se enquadrem nos critérios de atribuição do cartão social do município, uma vez que alguns são conhecidos como empresários e assim sendo, os princípios da legalidade, de justiça e transparência e igualdade são colocados em causa. Não estamos contra a existência do cartão social ou contra a inclusão de munícipes com baixos rendimentos. Abstemo-nos*”. -

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **RATIFICAÇÃO - DESPACHO:** Foi presente um despacho do sr. Vice-presidente da Câmara, o qual se dá por transcrito para todos os efeitos legais e fica arquivado em pasta anexa à presente Ata, no sentido da Câmara deliberar suspender no ano de 2015 a atualização dos valores referidos no artigo 22.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças, submeter o presente despacho a ratificação da Câmara e Assembleia Municipal, bem como retomar a aplicabilidade da disposição legal do artigo, caso o mesmo se mostre necessário, em face das Finanças Locais, conjugado com a conjuntura social ou ainda por decisão superior, desde que, a mesma se justifique bastante idónea. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade ratificar o despacho, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ratificação de Despacho 17 de dezembro de 2014 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMILIAS CARÊNCIADAS – PROCESSO 13/2014:** Foi presente uma proposta do

Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, deliberar ratificar o despacho de 17 de dezembro de 2014, o qual se encontra em anexo à presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. ----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, João Dias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

